



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638692 - SP (2021/0001537-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : CASSIA LOBO MOREIRA  
**ADVOGADO** : CASSIA LOBO MOREIRA - SP404720  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : GABRIEL LOURENCO CARDOSO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GABRIEL LOURENCO CARDOSO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501279-66.2020.8.26.0544).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos e 4 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 13 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal.

A impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea para justificar o aumento da pena-base na fração acima de 1/6 em virtude da consideração negativa da circunstância judicial da culpabilidade do ré, sendo devida a redução da sanção basilar para 4 anos e 8 meses de reclusão.

Defende a redução da sanção aquém do mínimo, na segunda etapa da dosimetria, em razão da confissão do apenado, destacando que é cabível o afastamento do enunciado da Súmula n. 231 do STJ.

Consigna a inexistência de motivação válida para a fixação do regime inicial fechado, reforçando que a fundamentação foi com base na gravidade abstrata do delito, devendo ser alterado o modo prisional para o aberto ou semiaberto, sob pena de violação das Súmulas n. 718 e 719, ambas do STF, e 440 do STJ.

Assevera a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos em favor do sentenciado.

Requer, liminarmente, que o paciente seja mantido em liberdade até o julgamento final do presente *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida, bem como para que seja redimensionada a reprimenda, alterado o regime prisional e substituída a sanção privativa por restritiva de direitos ou aplicadas as medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente